



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

LEI Nº 612/2017

DISPÕE SOBRE A ESCOLHA DE
DIRETORES DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS E DOS CENTROS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE GUAPIRAMA,
MEDIANTE ELEIÇÃO DIRETA PARA
MANDATO DE DOIS ANOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA - ESTADO DO PARANÁ,
APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I DA ELEIÇÃO

Art 1º Fica estabelecida a forma de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil, sendo que essa será realizada pela Comunidade Escolar, mediante eleição direta e secreta, simultaneamente em todas as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil para mandato de 02 (dois) anos, com regime de tempo organizado na forma desta Lei e Portaria Complementar expedida pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Art 2º O calendário para realização da eleição de Diretor das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil será determinado em Portaria expedida pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único - As eleições ocorrerão em conformidade com a Portaria Complementar, entre os meses de novembro e dezembro do ano em que terminar o mandato.

Art. 3º As eleições serão realizadas em Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil com, no mínimo, 06 (seis) servidores municipais concursados.

§ 1º Nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil que não possuírem o mínimo de servidores, não houver candidato ao pleito eleitoral ou haver candidato único e ocorrer que este não alcance os 50% mais um dos votos válidos, o Diretor será indicado pelo Poder Executivo, em conformidade com os incisos II, III, IV, V, VI, VIII e IX, do artigo 4º desta Lei.

§ 2º Nos Centros Municipais de Educação Infantil em processo de implantação e abertura, ou que venham a funcionar, onde não há servidores lotados, o Diretor será indicado pelo Poder executivo, para o mandato ou restante do mandato, em conformidade com os Incisos II, III e V, do artigo 4º desta Lei.

§ 3º O Diretor indicado para exercer a função em Escola ou CMEI, conforme previsto no § 1º e § 2º, deverá apresentar Plano de Gestão em até 3 (três) meses após a nomeação, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição, sob pena de perda do mandato.

SEÇÃO I DAS INSCRIÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

Art. 4º Poderá candidatar-se para a função de Diretor, em uma única Escola ou CMEI, o professor de ensino fundamental ou professor de educação infantil que:

I - Estiver lotado no mínimo 06 (seis) meses em efetivo exercício, na Escola Municipal ou CMEI, no qual pleiteia a função, na data da posse;

II - For habilitado em curso de nível superior em Licenciatura Plena ou Normal Superior na área da Educação;

III - Tiver estabilidade no serviço público municipal na data da eleição. Em se tratando de professor, deverá possuir estabilidade no mínimo em um padrão;

IV - Os Diretores que já atuam na função e pleitearão a reeleição, deverão estar em dia com as prestações de contas da Escola ou CMEI, dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE- PDEE Escola) e com os recursos próprios da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF;

V - Não tiver sido condenado por sindicância ou processo administrativo nos 05 (cinco) anos que antecedem a eleição;

VI - O Diretor que estiver concluindo o mandato deverá estar em dia com a entrega da documentação escolar.

VII - Não estar na função de Diretor de Escola Municipal ou CMEI nos últimos dois mandatos consecutivos;

VIII - Apresentar plano de gestão escolar que contemple os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros a ser implementado na Escola ou CMEI, em consonância com o Projeto Político Pedagógico;

IX - O Diretor não pode estar inadimplente com as empresas fornecedoras ou que prestem serviços para a Escola/CMEI/APMF;

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES

Art. 5º Para conduzir o processo eleitoral serão constituídas as seguintes Comissões:

I - Comissão Central das Eleições;

II - Comissão Eleitoral Escolar, constituída no âmbito da Escola ou CMEI.

Parágrafo Único - Os professores do ensino fundamental e os professores de educação infantil integrantes das comissões não poderão participar na qualidade de candidatos ou fiscais.

SUBSEÇÃO I
DA COMISSÃO CENTRAL DAS ELEIÇÕES

Art. 6º A Comissão Central das Eleições será formada pelos seguintes membros:

I - 01 (um) representante do DMEC, indicados pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura;

II - 01 (um) representante dos professores do ensino fundamental, escolhido entre seus pares;

III - 01 (um) representante dos professores de educação infantil, escolhido entre seus pares;

IV - 01 (um) advogado do quadro de servidores do Município, indicado pelo Poder Executivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

V - 01 (um) representante de pais de alunos de escola municipal (que não seja servidor), escolhido entre seus pares;

VI - 01 (um) representante de pais de alunos de CMEI (que não seja servidor), escolhido entre seus pares.

Parágrafo Único - Os representantes da Comissão Central das Eleições serão nomeados por ato próprio do Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º A Comissão Central das Eleições terá as seguintes atribuições:

I - Acompanhar o processo eleitoral em todas as Escolas Municipais e CMEI's;

II - Instruir a Comissão Eleitoral Escolar quanto ao processo eleitoral;

III - Analisar e homologar os documentos dos candidatos à eleição;

IV - Receber as Atas do processo eleitoral com resultado da eleição;

V - Receber, analisar e emitir parecer sobre os recursos interpostos;

VI - Incinerar as cédulas utilizadas nas eleições dentro do prazo estipulado;

Parágrafo Único - A Comissão Central das Eleições elegerá entre seus membros o Presidente.

SUBSEÇÃO II

DA COMISSÃO ELEITORAL ESCOLAR

Art. 8º A Comissão Eleitoral Escolar será formada, através da realização de Assembléia Geral na Escola e CMEI, pelos seguintes membros:

I - 02 (dois) professores do ensino fundamental ou professor de educação infantil;

II - 02 (dois) pais de aluno que não sejam servidores, sendo um deste preferencialmente do Conselho Escolar;

III - 01 (um) servidor.

IV - 01 (um) secretário da escola.

Parágrafo Único - A Comissão elegerá entre seus membros o Presidente e este encaminhará ofício à Comissão Central das Eleições até a data determinada na Instrução Normativa complementar a esta Lei, informando o nome dos membros que a compõem.

Art. 9º A Comissão Eleitoral Escolar terá as seguintes atribuições:

I - Conduzir o desenvolvimento do processo eleitoral no âmbito da Escola ou CMEI;

II - Informar à comunidade escolar a relação dos candidatos que concorrerão à função de Diretor;

III - Verificar os nomes dos candidatos para impressão na cédula, a qual deverá seguir a ordem alfabética;

IV - Credenciar um fiscal por candidato, para acompanhar o processo desde a votação até o escrutínio dos votos e proclamação do eleito;

V - Providenciar, em tempo hábil, a confecção das cédulas de votação com os respectivos nomes dos candidatos concorrentes à eleição, bem como providenciar a urna, cabine de votação, livro de presença dos votantes e outros materiais e procedimentos necessários à realização da eleição;

VI - Constituir a mesa de votação e escrutinadora, com um Presidente e um Secretário escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar, orientando-os previamente sobre o processo eleitoral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

VII - Promover a apresentação do(s) candidato(s) em assembléia, para que divulgue(m) o seu Plano de Gestão à comunidade escolar;

VIII - Lavrar em ata circunstanciada todo o processo eleitoral;

IX - Após o término de todos os procedimentos estabelecidos para a eleição, a Comissão deverá elaborar a Ata de Eleição, nela constando o resultado das eleições, o horário de encerramento do processo eleitoral e todas as ocorrências que devam ser registradas;

X - Enviar à Comissão Central das Eleições as cédulas utilizadas na eleição e cópia da ata de encerramento dos trabalhos, devidamente rubricada pela Comissão Eleitoral Escolar, ao término do processo eleitoral;

XI - Comunicar os servidores que estiverem afastados, em conformidade com o artigo 10, inciso I e II.

SEÇÃO III
DA VOTAÇÃO

Art. 10 Poderão votar:

I - Os servidores municipais concursados, lotados na Escola ou CMEI, em efetivo exercício e os que estiverem em gozo de Licença Prêmio ou Licença Maternidade; bem como aqueles afastados para tratamento de saúde ou Licença para Qualificação Profissional;

II - Os estagiários que atuam nas unidades de ensino por período igual ou superior a 6 meses na data da eleição;

III - Os alunos que tiverem 16 (dezesesseis) anos completos até a data da eleição;

IV - O pai, mãe, ou responsável legal pelo aluno menor de 16 (dezesesseis) anos regularmente matriculado na Escola ou CMEI, independente do número de filhos matriculados, sem do que apenas um deles poderá votar.

§ 1º Cada eleitor terá direito a apenas um voto na Escola ou CMEI.

§ 2º No caso do servidor ser concomitantemente pai/mãe/ou responsável legal por aluno deverá votar como servidor e o outro genitor ou detentor da guarda votará como pai/mãe ou responsável legal.

§ 3º Fica vetado o voto dos servidores municipais concursados que estão cedidos a outros órgãos, instituições ou municípios, ou estão em Licença Sem Vencimento.

§ 4º Não será permitido o voto por procuração.

SUBSEÇÃO I
DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 11 O Processo Eleitoral dar-se-á em urna eleitoral da seguinte forma. Uma urna para os votantes previstos nos Incisos I, II, III e IV do art. 10, desta Lei, do colégio eleitoral;

§ 1º Os membros que comporão a mesa de votação deverão fazer parte da comunidade escolar onde se realiza a eleição, com a qualificação prevista no art. 10 da presente Lei.

§ 2º As cédulas de votação com carimbo da Escola ou CMEI serão rubricadas pelos membros da mesa no dia e local da votação.

Art. 12 Nas Escolas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os alunos deverão votar na unidade escolar em que frequentam.

Art. 13 Será considerado eleito o candidato:

I - Que obtiver maior porcentagem de votos válidos, não computados os votos brancos e nulos, se houver mais de um candidato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

II - Em caso de candidato único, se 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos for "sim", considerando a cédula de votação marcada com as inscrições "sim" e "não".

Art. 14 Havendo empate na votação será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:

I - Tenha maior habilitação;

II - Tenha maior tempo de serviço na Escola ou CMEI;

III - Tenha maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 Qualquer membro da comunidade escolar poderá, devidamente fundamentado e documentado, em sede de recurso, requerer a impugnação do processo eleitoral referente à sua unidade escolar, junto a Comissão Central das Eleições, no primeiro dia útil após a realização da eleição.

Art. 16 A gestão do diretor terá início no dia 01 de janeiro do ano seguinte ao que ocorreu a eleição para o mandato completo de 02 (dois) anos.

Art. 17 O diretor eleito será submetido a avaliação de desempenho anual, de acordo com as atribuições de diretor da Lei nº297/2012, por comissão devidamente constituída através de decreto composta por profissionais da educação e membros da comunidade.

Art. 18 A vacância da função de Diretor ocorrerá nos seguintes casos:

I - Pela renúncia do eleito;

II - Por condenação irrecorrível em Processo Administrativo Disciplinar ou em Ação Penal;

III - Pela avaliação de desempenho inferior a 50% do total de pontos.

IV - Exoneração;

V - Licenças previstas no capítulo XV, da Lei de Plano de carreira, cargos e Remuneração do Magistério Público Municipal de Guapirama, nº297/2012.

VI - Falecimento;

VII - Aposentadoria;

VIII - Por solicitação, mediante abaixo assinado, da destituição da função do Diretor da Escola ou Centro Municipal de Educação Infantil, por no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comunidade Escolar e após ser ouvido o Conselho Escolar, o qual deverá manifestar-se favoravelmente;

§ 1º Nas hipóteses previstas no inciso II, o Diretor poderá ser afastado de suas funções, pelo chefe do Poder Executivo Municipal, desde o conhecimento da instauração do processo até o final do julgamento, por decisão fundamentada, para apuração dos fatos ou ter pela mesma autoridade seu mandato declarado extinto, para resguardar a dignidade da função.

§ 2º Na hipótese de vacância da função por qualquer dos motivos previstos nos incisos deste artigo, realizar-se-á nova eleição para o restante do mandato, desde que o tempo restante não seja inferior a 12 (doze) meses.

§ 3º Quando o tempo restante do mandato for inferior a 12 (doze) meses, o Diretor da Escola ou CMEI será indicado pelo Poder Executivo, em conformidade com os Incisos II, III, IV, V, VI e VII do artigo 4º desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA
CNPJ/MF 75.443.812/0001-00
Rua 2 de março, 460 - Telefone/Fax: (43) 3573-1122
www.guapirama.pr.gov.br
Guapirama - Paraná

§ 4º A nova eleição será realizada no prazo máximo de 30 dias a contar da data do afastamento definitivo do Diretor que exercia a função, para o restante do mandato.

§ 5º Ao término do lapso de tempo de afastamento e uma vez absolvido o Diretor em julgamento, este reassumirá imediatamente suas funções para o restante do mandato ao qual foi eleito.

Art. 19 As situações não previstas nesta Lei serão resolvidas pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, em comum acordo com a Comissão Central das Eleições.

Art. 20 Demais necessidades não regulamentadas pela presente Lei serão posteriormente entabuladas via Decreto.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a lei nº 498/2015 e disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guapirama, Estado do Paraná, em 19 de Setembro de 2017.

PEDRO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL